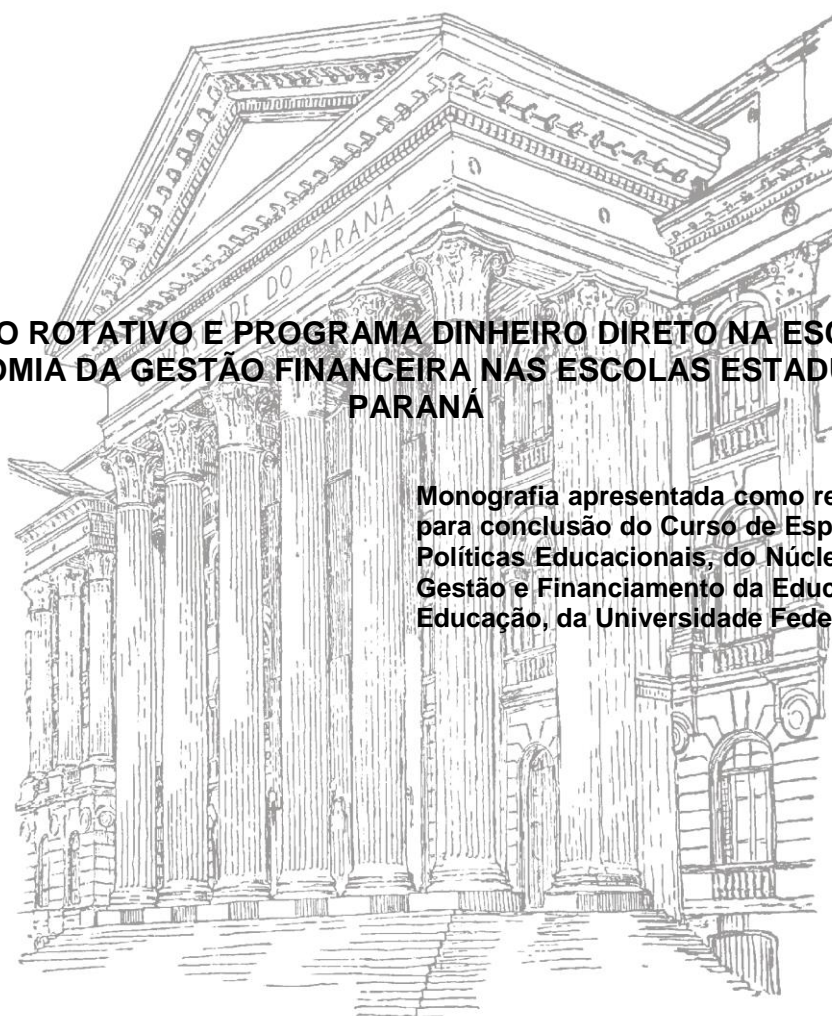


THIAGO LIMA TEIXEIRA

**FUNDO ROTATIVO E PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA:
AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO
PARANÁ**

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Especialização em
Políticas Educacionais, do Núcleo de Políticas,
Gestão e Financiamento da Educação, Setor de
Educação, da Universidade Federal do Paraná.



CURITIBA

2016

THIAGO LIMA TEIXEIRA

**FUNDO ROTATIVO E PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA:
AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO
PARANÁ**

**Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Especialização em
Políticas Educacionais, do Núcleo de Políticas,
Gestão e Financiamento da Educação, Setor de
Educação, da Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

THIAGO LIMA TEIXEIRA

FUNDO ROTATIVO E PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ

Monografia apresentada e aprovada no curso de Especialização em Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.



Prof. Dr. ÂNGELO RICARDO DE SOUZA
Orientador



Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia
Coordenadora do Curso

Dedico este trabalho ao povo brasileiro, digno dos méritos de todos os trabalhos desempenhados pelos acadêmicos das universidades públicas do país; à minha família, que me acompanha e apoia desde sempre; aos amigos e amigas, pelos momentos de alegria, essenciais à nossa vida; e ao Alessandro, tanto pelo companheirismo quanto pela dedicação da coisa mais preciosa que alguém pode oferecer, o seu tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do curso, em especial ao professor Ângelo, pelos conhecimentos transmitidos e pela orientação, com muita maestria desempenhada; aos colegas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, onde passei muitos momentos de desafios, aprendizado e crescimento pessoal e profissional nos últimos seis anos.

Se o único ideal dos homens é a busca da felicidade pessoal, por meio do acúmulo de bens materiais, a humanidade é uma espécie diminuída.

Eric Hobsbawm

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	13
1.1 FUNDO ROTATIVO	14
1.2 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	15
2 HISTÓRICO DE PROGRAMAS DESCENTRALIZADOS NO PARANÁ	16
2.1 TAXA DE ANUIDADE ESCOLAR	17
2.2 CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA	18
2.3 SUPRIMENTO DE RECURSOS DESCENTRALIZADOS	18
2.4 SISTEMA DE RECURSOS DESCENTRALIZADOS	19
2.5 ASSOCIAÇÃO DE DIRETORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS	19
3 DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS	20
3.1 RECURSOS DE CARÁTER UNIVERSAL.....	22
3.2 RECURSOS DE CARÁTER VARIÁVEL.....	24
3.3 MONTANTE DE RECURSOS	24
4 FUNDO ROTATIVO E PDDE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	26
4.1 CRIAÇÃO	26
4.2 GESTOR DOS RECURSOS	27
4.3 BENEFICIÁRIOS.....	28
4.4 DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	28
4.5 VALORES DEVIDOS	29
4.6 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO RECEBIMENTO DOS RECURSOS	30
4.7 MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS.....	30
4.8 PRAZO DE EXECUÇÃO	30
4.9 PRESTAÇÃO DE CONTAS	31
4.10 FISCALIZAÇÃO	32
CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	34

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PROGRAMAS DESCENTRALIZADOS NO PARANÁ.....	17
TABELA 2 – TRANSFERÊNCIAS DE 2015.....	21

RESUMO

(FUNDO ROTATIVO E PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ)

Este trabalho realizará o estudo de dois programas educacionais de descentralização financeira, o Fundo Rotativo e o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. No Paraná, a autonomia da gestão financeira das escolas estaduais é fortemente representada por estes programas, sendo o primeiro de iniciativa da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, e o segundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A metodologia de pesquisa utilizada se dará de três formas: bibliográfica, para que seja realizado um breve panorama da descentralização financeira; quantitativa, para demonstrar, por amostragem, montantes de recursos repassados a alguns estabelecimentos de ensino da rede pública estadual do Paraná; e documental, para elencar os programas descentralizados do Paraná que antecederam os aqui estudados, bem como para que seja elaborado um comparativo entre o Fundo Rotativo e o PDDE, cujo objetivo é verificar semelhanças e diferenças entre ambos. Enquanto principal proponente das políticas educacionais, o Estado Brasileiro é também o principal financiador da educação no país, em todas as suas esferas de governo, seja ela federal, estadual, distrital ou municipal. Uma das formas de financiamento da educação pública brasileira, que desde a década de 1980 vem sendo disseminada, é a implantação de programas descentralizados de recursos financeiros, ou seja, por meio deles acontece a transferência de recursos às escolas públicas pertencentes aos respectivos sistemas de ensino, para que estas tenham condições mínimas de manutenção das suas estruturas e rotinas escolares. Os resultados encontrados apontam que 1) a execução desses programas atribui consideráveis responsabilidades burocráticas e jurídicas aos gestores; 2) a evolução dos programas que o Paraná desenvolveu ao longo dos anos é bastante positiva, no sentido do fortalecimento e da autonomia da gestão escolar; 3) há grande disparidade do montante de recursos financeiros repassados entre os estabelecimentos; e, por fim, 4) o Fundo Rotativo e o PDDE apresentam cruciais diferenças, mas também significativas semelhanças entre si.

Palavras chaves: Escola pública. Financiamento da educação. Descentralização financeira.

ABSTRACT

(REVOLVING FUND AND SCHOOL DIRECT FUNDING PROGRAM: AUTONOMY OF FINANCIAL MANAGEMENT IN STATE OF PARANA SCHOOLS)

This paper will carry out the study of two educational programs of financial decentralization, the Revolving Fund and the School Direct Funding Program – SDFP. In Paraná, the autonomy of financial management of state schools is strongly represented by these programs, the first initiative of the Secretary of State for Education of Paraná, and the second of the National Education Development Fund. The research methodology will occur in three forms: literature, to be held a brief overview of financial decentralization; quantitative, to demonstrate, by sampling the amount of resources transferred to some schools in the public schools of Paraná; and documentary, to list the Paraná decentralized programs that preceded them studied here, as well as a comparison is drawn between the Revolving Fund and the SDFP, which aims to verify similarities and differences between them. As the main proponent of educational policies, the Brazilian State is also the main financier of education in the country, in all its spheres of government, whether federal, state, county or municipal. One of the ways of financing public education in Brazil, which since the 1980s has been widespread, is the implementation of decentralized programs of financial resources, or through them happens the transfer of resources to public schools belonging to their education systems so that they have minimum requirements for maintaining their structures and school routines. The results show that 1) the execution of those programs attaches considerable bureaucratic and legal responsibilities to managers; 2) the development of programs that Paraná has developed over the years is quite positive, in the sense of empowerment and autonomy of school management; 3) There is wide disparity in the amount of funds transferred between establishments; and finally, 4) the Revolving Fund and SDFP have crucial differences but also significant similarities between them.

Key words: Public school. Education funding. Financial decentralization.

INTRODUÇÃO

Dentre as diversas questões que permeiam a discussão a respeito da gestão educacional e do financiamento da educação no Brasil está a leitura do artigo 15 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que legitima que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público.

Essa responsabilidade jurídica alimenta a reflexão acerca da problemática da autonomia da gestão financeira das escolas públicas do Paraná, representada pelo Fundo Rotativo e pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no que diz respeito às transferências de recursos do Estado para os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual de educação.

O Fundo Rotativo, criado pela Lei Estadual nº 10.050 de 16 de julho de 1992, atualmente revogado pela Lei Estadual nº 14.267 de 22/12/2013, realiza o repasse de recursos financeiros aos estabelecimentos de ensino da rede estadual do Paraná para aquisição de materiais de consumo, contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços e, em caráter excepcional e mediante autorização da Secretaria de Estado da Educação (SEED), valores destinados à execução de obras e aquisição de material permanente.

O PDDE, criado pela Resolução nº 12 de 10 de maio de 1995, inicialmente com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), tem a finalidade de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, a escolas públicas, e escolas privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica, e a polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias, ao seu funcionamento e à promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social da aplicação desses recursos (BRASIL, 2013).

Quando sancionada a LDB, o Fundo Rotativo e o PDDE já haviam sido criados e estavam em funcionamento. Diante disso, o presente trabalho pretende,

principalmente, elaborar um comparativo entre ambos, a fim de verificar, em especial, as semelhanças e as diferenças entre eles.

Ainda, o histórico dos programas descentralizados de recursos financeiros que antecederam o Fundo Rotativo e o PDDE no Paraná será resgatado, com a finalidade de elencar diretrizes de cada época, bem como a evolução da política de descentralização no estado. Também serão demonstrados valores repassados a alguns estabelecimentos de ensino, tanto pelo Fundo Rotativo quanto pelo PDDE, a fim de elencar o montante de recursos que estas recebem por meio destes programas.

1 DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA

O sistema de transferências de recursos públicos, previstos constitucionalmente e oriundos do federalismo adotado no Brasil desde 1891, está atrelado às políticas tributárias como questão central da Constituição Federal de 1988, o que é crucial, tendo em vista a enorme disparidade financeira entre estados e municípios brasileiros (CRUZ, 2001), bem como as diversas políticas educacionais adotadas nas regiões, estados e municípios do país.

A crise do Estado keynesiano, agravada nos anos 1980, tanto nos países do norte quanto nos países latino-americanos, impulsionaram os processos de descentralização. Neste contexto, compreende-se a lógica de tais processos que surgiram nos países da América Latina, já que a descentralização responde não somente a uma mera necessidade de ordem técnica, mas a uma estratégia primordialmente política para que os problemas educacionais sejam resolvidos, uma vez que o Estado abandona seu papel de benfeitor, compensador e coordenador dos interesses sociais mais amplos, já que tem o principal objetivo de favorecer aos modernos grupos econômicos (RIVAS, 1991).

Na década de 1990, a relevância dos temas que envolveram o desenvolvimento local e as políticas descentralizadas cresceu em razão da estratégia europeia de reforçar os programas descentralizados para as regiões, do acirramento entre elas e das próprias dificuldades de sistemas econômicos locais (TAPIA, 2005).

Classificado por Morduchowicz (2001) como burocrático, o modelo de alocação de recursos financeiros às escolas, cujos critérios e parâmetros são partes de procedimentos de autoridade, definidos por processos administrativos centrais, ocorre quando os recursos são fornecidos e regulamentados diretamente pela administração educacional, seja ela centralizada ou não.

Desta forma,

as políticas educacionais mais contemporâneas estabelecem uma lógica muito reduzida para enxergar o que define a escola (sua cultura, as relações de poder, sua pedagogia, ...), entendendo-a como uma organização prestadora de serviços, portanto com todas as condições de ter sua eficácia e eficiência aumentadas com as políticas de descentralização, o mundo social que é a escola é ignorado. Enfim, a lógica defendida pela maioria das políticas educacionais atuais tem apontado para o fenômeno da

descentralização e não tem visto a escola como “lugar de formação” (NÓVOA, 1998, P. 17). E, mais e principalmente, tem adotado este método que é a descentralização como um fim em si mesmo. (SOUZA, 2003, p. 19).

Barroso (1996) desconstrói os discursos legitimadores das políticas de descentralização e de autonomia das escolas, interpretando as formas e fundamentos das medidas que são propostas e confrontando-as com as estruturas existentes e as contradições da sua aplicação prática. Isso é realizado pelo citado autor quando este identifica aspectos possíveis e intencionais, por parte da administração central, que vão além da pura possibilidade de as escolas poderem decidir da alocação de recursos, mas objetivam ideais que ultrapassam esta autonomia na gestão dos recursos, como, em última instância, a concorrência entre as escolas.

Com isso, se questiona se os processos de descentralização financeira não acarretam prejuízos ou desviam o foco do objetivo maior da escola pública, como o lugar de uma realidade histórica, como afirmam Freire (1967) e Saviani (2008), suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana, que contribui para a construção de uma educação crítica, onde se amplia a capacidade de captar os desafios do tempo.

Por outro lado, tendo como objeto de estudo os programas brasileiros de descentralização financeira para as escolas públicas, num conjunto de políticas de reestruturação da gestão, organização e financiamento da educação básica, Dourado (2007) e Cury (2002) as vinculam como políticas focalizadoras, que têm como finalidade selecionar e destinar recursos para metas e objetivos urgentes e necessários.

1.1 FUNDO ROTATIVO

O Fundo Rotativo passou a ser um instrumento que viabiliza com maior agilidade o repasse de recursos financeiros aos estabelecimentos de ensino da rede pública do Paraná, para manutenção e outras despesas relacionadas com a atividade educacional (VICENTE, 1994).

Oriundo de programas descentralizados de recursos financeiros desenvolvidos pela SEED ao longo dos anos, o Fundo Rotativo foi uma das

soluções encontradas para agir como um instrumento que viabilize o repasse de recursos financeiros às escolas estaduais, a fim de suprir suas necessidades básicas, como a compra de materiais de expediente, limpeza, esportivo, didático e a realização de serviços para manutenção dos prédios escolares (SEED, 2015).

1.2 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Cruz (2001) classifica o PDDE como uma política de repasse pertencente à modalidade de assistência financeira automática, amparada por lei, da qual a principal característica é a inexistência de convênio, cujos critérios de distribuição são claros e permitem maior transparência aos entes federados e à sociedade civil.

Em relação à gestão escolar, diversos programas foram implantados com o objetivo de contribuir para o processo de democratização da escola, dentre os quais se insere o PDDE, cujos recursos, originários principalmente do salário-educação, são destinados à aquisição de material permanente, de consumo e contratação de serviços necessários à manutenção dos espaços escolares (DOURADO, 2007).

Em relação à educação pública, o PDDE tem levado os sistemas de ensino a atuarem em direção à consolidação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), pois “as estratégias propostas pelo Programa atende aos objetivos de descentralização financeira, historicamente reivindicada pelas escolas públicas” (ADRIÃO; PERONI, 2007, p. 257).

Farenzena (2001, p. 95) classifica o PDDE como um programa direcionado ao setor da educação cujo papel é redistributivo, por parte da União, a ser exercido por meio de assistência a estados e municípios. Este papel redistributivo tem como objetivo “corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino” (LDB, Art. 75).

2 HISTÓRICO DE PROGRAMAS DESCENTRALIZADOS NO PARANÁ

No Paraná, o processo de implantação de programas descentralizados de recursos financeiros, que se pode dizer teve início em pleno período da ditadura militar no Brasil, evoluiu ou adaptou-se à legislação, programa após programa, até a criação do Fundo Rotativo, em 1992.

Para Vicente (1994, p. 2), no processo de ampliação da autonomia administrativa e financeira das escolas estaduais do Paraná, destacam-se, no período de 1983 a 1993, dentre outras mudanças, “a criação de programas descentralizados de recursos financeiros a todas as escolas estaduais da zona rural e urbana de 1º e 2º graus, destinados à manutenção das mesmas”.

Durante o período ditatorial foram criados dois programas descentralizados de recursos financeiros, cujas características retratavam o momento histórico, bem como a legislação vigente na época, são eles a Taxa de Anuidade Escolar, criada pelo Decreto nº 13.759 de 9 de janeiro de 1969, e a Contribuição Comunitária, criada pelo Decreto nº 4.708 de 6 de dezembro de 1973 e regulamentada também pelo Decreto nº 2.614 de 4 de julho de 1980.

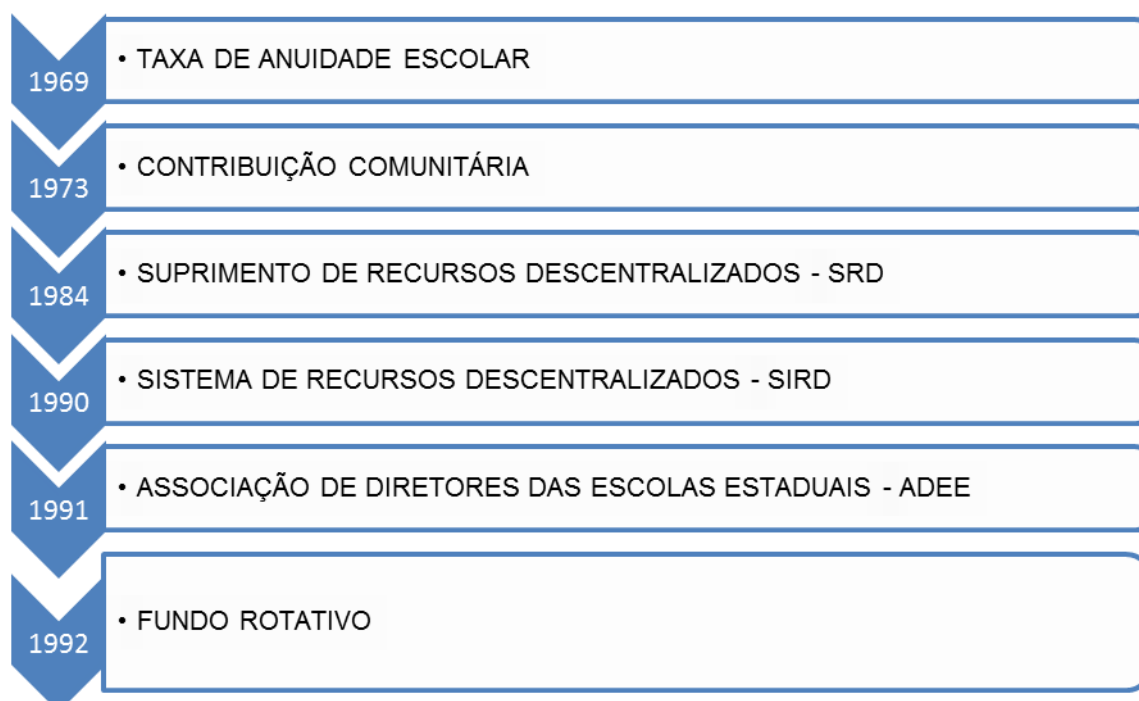
No final do período da ditadura militar, já no início do processo de redemocratização do Brasil, foi criado, pela Resolução nº 08 de 29 de maio de 1984, do Conselho de Administração da FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná, o chamado Suprimento de Recursos Descentralizados – SRD, que teve funcionamento até a criação do Sistema de Recursos Descentralizados – SIRD, pela Resolução Conjunta nº 04-SEPL/SEFA de 11 de julho de 1990, pelo regime de adiantamento.

Em 1991, a FUNDEPAR apresentou proposta e estimulou a criação de Associações de Diretores das Escolas Estaduais – ADEE que, não tendo adesão da maioria dos diretores, deu lugar ao Fundo Rotativo, que, diferente dos anteriores, criados por atos administrativos, como decretos e resoluções, foi criado pela Lei nº 10.050 de 16 de julho de 1992 e regulamentado pelo Decreto nº 2.043 de 12 de janeiro de 1993, reestruturado pela Lei nº 14.267 de 22 de dezembro de 2003, pelo Decreto nº 3.392 de 21 de julho de 2004, pelo Decreto nº 3.457 de 13 de dezembro de 2011, e, finalmente, pela Lei nº 17.072 de 23 de janeiro de 2012.

Os atos administrativos e a legislação citada, bem como o trabalho de Vicente (1992), serão as principais referências em relação à abordagem dos aspectos históricos dos programas descentralizados de recursos financeiros tratados por este trabalho.

A trajetória desses programas pode ser ilustrada pela seguinte linha do tempo:

TABELA 1: PROGRAMAS DESCENTRALIZADOS NO PARANÁ



Fonte: VICENTE, 1994 (adaptado pelo autor).

2.1 TAXA DE ANUIDADE ESCOLAR

A Taxa de Anuidade Escolar, conforme ato que a criou, consistia na cobrança de anuidades escolares, no momento da matrícula, cujos recursos provenientes dessa arrecadação eram aplicados pela escola em despesas correntes e de capital. Do valor arrecadado pelas escolas, 95% eram depositados em conta especial em nome da escola e 5% eram remetidos pela escola para uma conta especial em nome da FUNDEPAR.

2.2 CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA

Com a Contribuição Comunitária, o governo normatizou o recolhimento e a aplicação desse sistema, mantendo os mesmo objetivos, mas alterando a forma de arrecadação e distribuição dos recursos. Tabela com os valores a serem cobrados por aluno era enviada às escolas, cujos critérios consistiam na renda familiar, no número de alunos do estabelecimento e na idade do estudante; eram contribuintes os alunos, pais ou responsáveis com idade superior a 14 anos. Do valor arrecadado, 50% eram depositados em conta especial da escola e outros 50% em conta especial da FUNDEPAR, que posteriormente os redistribuía ao conjunto dos estabelecimentos.

2.3 SUPRIMENTO DE RECURSOS DESCENTRALIZADOS – SRD

Com a eleição do primeiro governador pelo voto direto após o golpe militar, em 1983, o pressuposto de que a escola pública deveria ser gratuita para todos se fortaleceu, a origem dos recursos passou a ser questionada e houve aumento gradativo dos alunos isentos, bem como aplicação de recursos públicos em substituição aos arrecadados, mesmo assim as APM passaram a ser respaldadas para que houvesse fixação de valores de contribuição, onde o máximo era 30% e o mínimo 10% do salário mínimo vigente.

O Suprimento de Recursos Descentralizados – SRD tinha por objetivos:

- dotar as escolas de recursos financeiros que lhes proporcionassem condições mínimas de manutenção e funcionamento;
- eliminar a cobrança de taxas aos pais, alunos ou responsáveis;
- promover maior participação da comunidade escolar, por meio das APM, que passaram a ter poder de análise, fiscalização e apreciação dos gastos e das prestações de contas.

Ainda assim, as contribuições comunitárias compuseram a origem dos recursos até 1987.

O SRD foi impugnado pelo Tribunal de Contas do Estado em 1990, em função das escolas não serem juridicamente constituídas para receber e administrar

recursos públicos, uma vez que a Lei Nacional nº 4.320/1964 prevê repasses de recursos apenas a unidades orçamentárias, pessoas físicas, na forma de adiantamento a servidores, e a acordos e convênios, a pessoas jurídicas de direito privado. Como as escolas estaduais são unidades administrativas, e não orçamentárias, o governo teve de se adequar à legislação.

2.4 SISTEMA DE RECURSOS DESCENTRALIZADOS – SIRD

A opção de repasse de recursos financeiros por meio de adiantamento a servidores se efetivou com o Sistema de Recursos descentralizados – SIRD, que permitia que até 31 de dezembro de cada exercício financeiro houvesse a concessão de dois adiantamentos, em nome de servidor estadual estável e lotado no estabelecimento. Era concedido um adiantamento de cada vez, a cada 90 (noventa) dias, para realização das despesas com prazo de 30 (trinta) dias para a prestação de contas. A programação das concessões era trimestral, mas, por razões operacionais, nem sempre era cumprida.

2.5 ASSOCIAÇÃO DE DIRETORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS – ADEE

A proposta da FUNDEPAR aos diretores das escolas estaduais estimulava a criação de Associação de Diretores das Escolas Estaduais – ADEE nos municípios, que era constituída por um colegiado de dirigentes, de no mínimo seis escolas, onde cada escola tinha uma cota de recursos previamente definida e, como forma de incentivo por fazer parte de uma ADEE, um acréscimo de 20% sobre o total de cada repasse de recursos. A ADEE era responsável pelo gerenciamento e pela prestação de contas do total de recursos concedidos às escolas filiadas.

Embora a proponente tivesse estimulado a criação de ADEE em todo o estado, não houve interesse correspondente por parte da maioria dos diretores escolares, então a FUNDEPAR passou a desenvolver estudos voltados à operacionalização de um novo programa, denominado Fundo Rotativo (VICENTE, 1992).

3 DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS

O Fundo Rotativo e o PDDE realizam distribuição de recursos financeiros a fim de suprir os estabelecimentos de ensino, seja para suas necessidades básicas, como, por exemplo, aquisição de material de expediente, material esportivo, material de limpeza, contratação de prestação de serviços para manutenção do prédio escolar, ou para ações específicas, como desenvolvimento de programas educacionais e atendimento de necessidades que não façam parte da rotina escolar.

O Fundo Rotativo destina, para atendimento das necessidades básicas, as chamadas cotas normais de consumo e de serviço, já o PDDE atende tais necessidades por meio dos recursos de custeio e capital. Além destes recursos, ambos os programas dispõem de outros recursos financeiros a fim de promover o desenvolvimento de outras atividades, como as denominadas cotas extras do Fundo Rotativo e os programas educacionais do PDDE – atualmente classificados como PDDE Estrutura, PDDE Qualidade e PDDE Educação Integral.

Para demonstrar o montante dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Rotativo e pelo PDDE no ano de 2.015, foram selecionados, por amostragem, 9 (nove) estabelecimentos de ensino da rede pública estadual do Paraná, sendo: 3 (três) escolas estaduais de ensino fundamental (EEEF); 3 (três) centros estaduais de educação de jovens e adultos (CEEBJA); e 3 (três) centros estaduais de educação profissional (CEEP).

Em cada uma dessas três modalidades, foi selecionado 1 (um) estabelecimento com até 250 alunos, 1 (um) com número entre 400 e 600 alunos, e 1 (um) com número superior a 750 alunos matriculados.

Tal seleção tem como objetivo demonstrar os valores transferidos a cada estabelecimento em função de duas variáveis, que são o número de alunos e a modalidade de ensino.

Os recursos destinados ao suprimento das necessidades básicas e os destinados ao atendimento de outras ações serão demonstrados separadamente, pois, em relação às cotas normais de consumo e serviço do Fundo Rotativo e às de capital e custeio do PDDE há padronização no repasse dos valores, bem como suas

transferências são de caráter universal¹, já os recursos destinados a outras ações são liberados de acordo com normas de programas específicos e/ou às peculiaridades de determinado estabelecimento, sendo, portanto, transferências de caráter variável.

As transferências realizadas aos estabelecimentos selecionados estão demonstradas na Tabela 2, que informa a modalidade (EEEF, CEEBJA, CEEP); o programa (Fundo Rotativo, PDDE); o caráter em relação à abrangência das distribuições (universal, variável); a categoria dos recursos financeiros, em função da classificação das despesas (consumo, serviço, custeio, capital etc); os valores repassados aos estabelecimentos selecionados, de acordo com o recorte do número de alunos com base no Censo Escolar de 2.014 (este critério foi adotado por ser o utilizado na distribuição de recursos do PDDE, que tem como base os dados extraídos do censo escolar, realizado pelo MEC, no ano anterior ao do repasse).

TABELA 2 – TRANSFERÊNCIAS DE 2015

MODALIDADE	PROGRAMA	CARÁTER	CATEGORIA	Nº Alunos (a) / Valor 2015 (\$)			
				a ≤ 250	400 ≤ a ≤ 600	a ≥ 750	
EEEF	FUNDO ROTATIVO	Universal	CONSUMO	7.132,80	15.605,60	25.366,40	
			SERVIÇO	2.969,60	6.220,40	10.311,20	
			TOTAL	10.102,40	21.826,00	35.677,60	
		Variável	EXTRA CONSUMO	694,80	1.515,20	2.730,40	
			EXTRA SERVIÇO	694,80	1.515,20	2.730,40	
			REPAROS DESCENTRALIZAÇÃO	-	103.446,44	-	
			EXTRA REPAROS	-	13.479,00	10.320,00	
			TOTAL	1.389,60	119.955,84	15.780,80	
		PDDE	Universal	CUSTEIO	2.370,00	7.776,00	14.752,00
				CAPITAL	2.370,00	1.944,00	3.688,00
	TOTAL			4.740,00	9.720,00	18.440,00	
	Variável		PDDE - ED. INTEGRAL	15.900,00	-	21.200,00	
			PDDE - ESTRUTURA	-	10.000,00	-	
			TOTAL	15.900,00	10.000,00	21.200,00	
	MONTANTE			32.132,00	161.501,84	91.098,40	
CEEBJA	FUNDO ROTATIVO	Universal	CONSUMO	8.048,60	18.672,40	22.731,20	
			SERVIÇO	3.455,40	7.594,60	9.556,20	
			TOTAL	11.504,00	26.267,00	32.287,40	

¹ Em função da abrangência dos recursos transferidos pelo Fundo Rotativo e pelo PDDE, este trabalho fará referência aos mesmos como sendo de caráter universal ou de caráter variável.

		Variável	EXTRA CONSUMO	852,60	1.779,00	2.547,00
			EXTRA SERVIÇO	852,60	1.779,00	2.547,00
			TOTAL	1.705,20	3.558,00	5.094,00
	PDDE	Universal	CUSTEIO	2.992,00	7.904,00	3.568,00
			CAPITAL	748,00	1.976,00	14.272,00
			TOTAL	3.740,00	9.880,00	17.840,00
		Variável	-	-	-	-
			TOTAL	-	-	-
	MONTANTE			16.949,20	39.705,00	55.221,40

CEEP	FUNDO ROTATIVO	Universal	CONSUMO	19.220,00	52.790,00	76.480,00
			SERVIÇO	7.805,00	21.890,00	29.930,00
			TOTAL	27.025,00	74.680,00	106.410,00
		Variável	EXTRA CONSUMO	1.815,00	5.290,00	8.000,00
			EXTRA SERVIÇO	1.815,00	5.290,00	8.000,00
			TOTAL	3.630,00	10.580,00	16.000,00
	PDDE	Universal	CUSTEIO	4496,00	10.384,00	12.100,00
			CAPITAL	1.124,00	2.596,00	12.100,00
			TOTAL	5.620,00	12.980,00	24.200,00
		Variável	PDDE - QUALIDADE	-	-	40.000,00
			TOTAL	-	-	40.000,00
		MONTANTE			36.275,00	98.240,00

MONTANTE GERAL				717.732,84		
----------------	--	--	--	------------	--	--

Fonte: www.educacao.pr.gov.br e www.fn.de.gov.br

3.1 RECURSOS DE CARÁTER UNIVERSAL

Todos os estabelecimentos de ensino são sistematicamente contemplados com a transferência de recursos das cotas normais de consumo e de serviço do Fundo Rotativo, bem como com recursos de custeio e capital do PDDE. Com isso, pode-se dizer que são recursos de caráter universal, uma vez que, observadas as normas e disposições estabelecidas pelos programas, todos os estabelecimentos da rede pública estadual de ensino do Paraná podem recebê-los.

As cotas normais do Fundo Rotativo são destinadas à aquisição de material de consumo e à contratação de prestação de serviços, por isso são chamadas cota normal consumo e cota normal serviço. O Manual de Operacionalização do Fundo Rotativo, documento que rege a distribuição, execução e prestação de contas dos recursos repassados por este programa, não divulga os valores que serão transferidos aos estabelecimentos, apenas declara que os recursos serão repassados

(...) com base no número de alunos matriculados, valor linear e outros indicadores educacionais e sociais. Além dos critérios mencionados, a SEED poderá repassar recursos utilizando-se de outras variáveis, dependendo do tipo da oferta de ensino e das atividades desenvolvidas (...). (PARANÁ, 2012, p. 1).

Os recursos do PDDE destinam-se à cobertura de despesas de custeio (aquisição de materiais de consumo, contratação de prestação de serviços etc) e de capital (aquisição de equipamentos, materiais permanentes e outros investimentos). Estes recursos contemplam a manutenção e pequenos investimentos para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos beneficiários (BRASIL, 2013).

O levantamento dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Rotativo e pelo PDDE aos estabelecimentos aleatoriamente selecionados, dentro das suas modalidades de ensino, está discriminado e será analisado conforme detalhamentos da Tabela 2.

Os montantes anuais de recursos de caráter universal repassados aos estabelecimentos pelo Fundo Rotativo variam tanto de acordo com o número de alunos quanto com a modalidade de ensino, já os montantes repassados pelo PDDE variam, dentre outros fatores específicos, principalmente de acordo com o número de alunos.

As três EEEF selecionadas receberam, em média, R\$ 22.535,33 pelo Fundo Rotativo e R\$ 10.966,67 pelo PDDE; já os três CEEBJA receberam, em média, R\$ 23.352,80 pelo Fundo Rotativo e R\$ 10.486,67 pelo PDDE; em relação aos CEEP, o valor médio repassado pelo Fundo Rotativo foi de R\$ 69.371,67 e pelo PDDE de R\$ 14.266,67. Desta forma, o valor repassado pelo Fundo Rotativo aos CEEP destaca-se dos demais, tanto em relação ao próprio Fundo Rotativo quanto em relação ao PDDE. Assim, verifica-se que os valores transferidos pelo Fundo Rotativo são, nas três modalidades de ensino, consideravelmente superiores aos transferidos pelo PDDE.

3.2 RECURSOS DE CARÁTER VARIÁVEL

Os recursos de caráter variável, assim classificados pelo presente estudo, do Fundo Rotativo contemplam os estabelecimentos em função de necessidades específicas e a seu pedido, como, por exemplo, reparos emergenciais da rede física, elétrica, hidráulica, lógica, ou aquisição de materiais permanentes que se façam necessários. Já os recursos de caráter variável do PDDE são estabelecidos por programas específicos que contemplam determinados estabelecimentos que, uma vez enquadrados nos critérios desses programas e realizada adesão aos mesmos, terão valores transferidos à sua Unidade Executora Própria – UEx².

As EEEF selecionadas receberam, em média, R\$ 45.708,75³ pelo Fundo Rotativo e R\$ 15.700,00 pelo PDDE; já os CEEBJA receberam, em média, R\$ 3.452,40 pelo Fundo Rotativo, enquanto nenhum valor foi repassado pelo PDDE a estes estabelecimentos; por fim, aos CEEP foi transferido o valor médio de R\$ 10.070,00 pelo Fundo Rotativo e de R\$ 13.333,33⁴ pelo PDDE. Em relação aos recursos variáveis, novamente os transferidos pelo Fundo Rotativo se sobressaem aos repassados pelo PDDE.

3.3 MONTANTE DE RECURSOS

O montante de recursos repassados aos nove estabelecimentos selecionados, considerados o Fundo Rotativo e o PDDE, é de R\$ 717.732,84, cuja média é de R\$ 79.748,09 a cada um deles. As médias calculadas têm caráter meramente demonstrativo, uma vez que, como visualizado na Tabela 2, o valor varia muito de um estabelecimento para outro.

Verifica-se que, dentre os estabelecimentos selecionados, o menor valor repassado por ano a um estabelecimento representa o montante de R\$ 16.949,20, enquanto o maior valor chegou a R\$ 186.610,00, ou seja, o estabelecimento que

² No Paraná, as UEX são representadas pelas Associações de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), Associações de Professores, Alunos e Funcionários (APAG), dentre outras nomenclaturas adotadas pela pessoa jurídica de direito público que representa determinado estabelecimento público de ensino.

³ Neste cálculo, está computado o valor de R\$ 103.446,44, referente à Cota Extra de Reparos Descentralizados, que contemplou a EEEF que tem entre 400 e 600 alunos, o que elevou a média consideravelmente. Se tal recurso não for considerado, a média cai para R\$ 11.226,60.

⁴ Dos CEEP selecionados, apenas um recebeu recurso variável do PDDE, no valor de R\$ 40.000,00.

mais recebeu recursos os recebeu em quantidade superior a 1.000% além daquele que recebeu o menor montante.

4 FUNDO ROTATIVO E PDDE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Neste capítulo, serão elencados aspectos específicos do Fundo Rotativo e do PDDE com o intuito de comparar as principais características desses programas. Para isso, serão utilizados os documentos legais atuais que normatizam os procedimentos promovidos por ambos, desde os critérios de contemplação dos recursos até a análise das suas prestações de contas.

4.1 CRIAÇÃO

O Fundo Rotativo e o PDDE foram criados na década de 1990, o primeiro no ano de 1992, o segundo em 1995, década esta seguinte à propagação da ideia da descentralização financeira para as escolas públicas, e ambos em momento anterior à homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que, em seu artigo 15, estabeleceu que os sistemas de ensino, a partir daquele momento, assegurariam às suas unidades escolares públicas, dentre outros aspectos do âmbito escolar, progressivos graus de autonomia de gestão financeira.

Pode-se dizer que este texto, que passou legalmente a promover a autonomia da gestão financeira, veio a atender aquilo que já estava acontecendo por reivindicação das comunidades escolares, e consequente atendimento desta reivindicação por parte dos sistemas públicos de ensino. Ou seja, a legislação passou a assegurar a continuidade daquilo que já estava acontecendo na prática da gestão educacional latino-americana (RIVAS, 1991) e brasileira.

O próprio estado do Paraná há muito vinha trabalhando no sentido de promover a chamada descentralização de recursos financeiros, como visto anteriormente. É certo que as primeiras tentativas atendiam ao momento histórico da ditadura militar, bem como eram anteriores à democratização do país e à sua Constituição Cidadã, e por isso não perdem seu valor jurídico, embora sua legitimidade seja democraticamente questionada.

A criação do PDDE veio a nacionalizar a descentralização financeira no Brasil, uma vez que os programas que surgiram anteriormente, a exemplo do próprio Fundo Rotativo, tinham caráter e abrangência regionais ou locais. Com um programa de âmbito nacional, de iniciativa do Ministério da Educação e da sua autarquia

federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que instrumentaliza e desenvolve programas de infraestrutura das redes públicas federais, estaduais, distrital e municipais, surgiu uma nova norma de alocação de recursos financeiros nestes sistemas de ensino, ou melhor, nas suas unidades escolares, a fim de efetivar a autonomia da gestão financeira em favor das suas comunidades.

4.2 GESTOR DOS RECURSOS

Tanto o Fundo Rotativo quanto o PDDE determinam que a responsabilidade jurídica da gestão dos seus recursos será de uma pessoa vinculada à unidade escolar, por isso, essa pessoa é o gestor dos recursos, e, embora seja dever da comunidade escolar acompanhar essa gestão, é o gestor quem, no fim das contas, responde legalmente pela execução dos recursos transferidos. No Fundo Rotativo, este gestor é o diretor da unidade escolar, já no PDDE o gestor é o presidente da UEx vinculada à escola.

O gestor do Fundo Rotativo é um servidor público, geralmente efetivo⁵, de carreira do estado, remunerado para, dentre outras atribuições, desempenhar esse papel. Já o gestor do PDDE é um membro da UEx representante dos pais dos alunos, ou seja, é alguém que não pertence ao quadro de servidores do estado e que consequentemente não é remunerado para realizar esse trabalho e, ainda, é presidente de uma pessoa jurídica de direito privado.

Desta forma, denota-se que é legítimo e inquestionável que tamanha responsabilidade seja atribuída ao diretor da escola. Contrariamente a isso, não é totalmente legítimo e é bastante questionável que os pais dos alunos sejam os responsáveis finais pela gestão de recursos que têm origem pública.

⁵ Além dos servidores públicos efetivos, que são diretores da grande maioria das escolas estaduais do Paraná, há a possibilidade de as unidades escolares terem como diretor um servidor não efetivo, ingresso por meio de Contrato em Regime Especial – CRES, regido pela Lei Complementar Estadual nº 108, de 18 de maio de 2005.

4.3 BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários, ou destinatários, dos recursos do Fundo Rotativo são os estabelecimentos estaduais de ensino, os Núcleos Regionais de Educação e as Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Os do PDDE são as escolas públicas, escolas privadas de educação especial e polos da Universidade Aberta do Brasil, que atendam a alguns requisitos definidos pelo Programa, cujo detalhamento não cabe a este trabalho. O destinatário comum do Fundo Rotativo e do PDDE são as unidades escolares da rede pública estadual do Paraná, a quem se dirige o presente estudo.

4.4 DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

O Fundo Rotativo destina seus recursos por meio das chamadas cotas normais de consumo e de serviço, que somente poderão ser aplicadas em despesas com manutenção dos espaços e rotinas escolares. Em relação ao atendimento das despesas com obras, equipamentos e materiais permanentes, há as cotas extras que, mediante solicitação prévia e justificada do estabelecimento, são autorizadas pela SEED e liberadas de acordo com a necessidade apresentada.

As liberações do PDDE acontecem com a transferência de recursos de capital e de custeio, cujos percentuais do montante devido são escolhidos pela UEx quando do cadastramento anual, anterior ao exercício do repasse dos recursos, via sistema PDDEweb. Estes recursos, tal qual os do Fundo Rotativo e obedecendo as classificações das despesas, destinam-se à aquisição de material permanente, realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar, para aquisição de material de consumo, avaliação de aprendizagem, implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais.

O Fundo Rotativo e o PDDE vedam que a aplicação dos seus recursos seja para com despesas de pessoal, e, embora para o segundo haja bolsa auxílio para monitores de alguns projetos pedagógicos, isso não se configura como despesas com pessoal, pois as atividades são de caráter voluntário, e os valores repassados são para ressarcimento de despesas.

Além dessa vedação, o PDDE enfatiza outras, como o pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa ou a empresas privadas, que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados; cobertura de despesas com tarifas bancárias e dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais ou municipais, quando não incidentes sobre os bens adquiridos ou produzidos sobre os serviços contratados para a consecução dos objetivos do programa.

4.5 VALORES DEVIDOS

O Fundo Rotativo não tem divulgados os valores que por meio dele serão transferidos às unidades escolares, apenas estipula os critérios utilizados para os repasses. Os estabelecimentos de ensino receberão recursos por meio de cotas normais, para realização de despesas com materiais de consumo e pra prestação de serviços, com base no número de alunos matriculados, valor linear e outros indicadores educacionais ou sociais.

Além dos critérios mencionados, a SEED poderá repassar recursos utilizando-se de outras variáveis, dependendo do tipo da oferta de ensino e das atividades desenvolvidas, bem como realizar repasses por meio de cota extra e cota especial.

Já o PDDE tem os valores divulgados detalhadamente, que serão compostos pela soma do valor fixo, definido por estabelecimento de ensino, com o valor variável, de acordo com o número de alunos matriculados no estabelecimento, tendo como parâmetros os valores referenciais de cálculo.

As UEx deverão informar, até o dia 31 de dezembro de cada exercício, por intermédio do sistema PDDEweb, os percentuais de recursos que desejarão receber em custeio e/ou capital no exercício subsequente. Em caso de não adoção desta iniciativa, serão destinados, às escolas públicas com UEx, 80% de custeio e 20% de capital, e às escolas públicas com até 50 alunos matriculados na educação básica e que não possuem UEx, somente recursos de custeio.

4.6 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO RECEBIMENTO DOS RECURSOS

Para transferência de recursos do Fundo Rotativo, as liberações de qualquer modalidade de cota estarão condicionadas à inexistência de pendências de prestação de contas, assim como a outras situações que caracterizem algum tipo de irregularidade.

Essas condições do Fundo Rotativo enfatizam aspectos negativos como requisitos ao direito do recebimento dos recursos, ao contrário do PDDE, que estipula requisitos de ordem técnica, mais ligadas a iniciativas dos beneficiários, tais como: adesão, pelas EEx, até 30 de junho e efetivação de cadastro pelas EEx e UEx, até 30 de junho, ambas por intermédio do sistema PDDEweb.

4.7 MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do Fundo Rotativo serão repassados por meio de instituição financeira indicada pelo Governo do Estado, onde deverão ser mantidos em conta única, especial, em nome do programa, para a finalidade a que se destinam, ficando expressamente proibida a movimentação em outra agência bancária.

Os recursos transferidos às expensas do PDDE serão creditados em conta bancária específica, em bancos oficiais parceiros da União, em agências indicadas pelas EEx ou UEx, nas quais deverão ser mantidos e geridos, conforme normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

4.8 PRAZO DE EXECUÇÃO

A realização das despesas do Fundo Rotativo, referentes ao 1º semestre de cada exercício, acontecerá até o dia 30 de junho, cujo saldo existente será automaticamente incorporado ao semestre seguinte. Já o prazo final para utilização dos recursos do 2º semestre terá como data limite o dia 20 de dezembro, não sendo permitida a realização de despesas após esta data. A única exceção a essa regra, onde se inclui a reprogramação de saldo, é referente aos recursos liberados para contratação de obras e serviços de engenharia, acima do limite de dispensa de licitação, quanto ao cumprimento do cronograma físico-financeiro, se for o caso.

Já o prazo da execução dos recursos do PDDE será até o dia 31 de dezembro do ano em que tenha sido efetivado o respectivo crédito. Os saldos de recursos financeiros poderão ser reprogramados, obedecidas as classificações de custeio e capital nas quais foram repassados, para aplicação no exercício seguinte, com estrita observância de seu emprego nos objetivos da ação programática.

O PDDE determina uma regra onde, na hipótese em que o saldo ultrapassar a 30% do total de recursos disponíveis no exercício, a parcela excedente será deduzida do repasse do exercício subsequente. Essa regra não é uma simples punição aos estabelecimentos que não executarem os recursos recebidos, mas também um incentivo para que tais recursos sejam aplicados no exercício do repasse ao qual se referem.

4.9 PRESTAÇÃO DE CONTAS

Tanto as prestações de contas do Fundo Rotativo quanto as do PDDE são oficializadas na forma eletrônica, por meio de sistemas online próprios, e na forma documental, com documentos originais impressos e protocolados.

A prestação de contas eletrônica do Fundo Rotativo é realizada por meio do Sistema Gestão de Recursos Financeiros – GRF da SEED, enquanto a do PDDE é realizada pelo Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC, do FNDE.

A prestação de contas documental do Fundo Rotativo é apresentada à SEED em dois momentos, o primeiro referente ao 1º semestre, por isso chamada de 1ª parcial, e o segundo referente ao 2º semestre, sendo a 2ª parcial.

A prestação de contas da 1ª parcial, referente às despesas realizadas da primeira liberação do ano letivo até 30 de junho, deve ser protocolada junto ao NRE até a data de 31 de julho. Já a prestação de contas da 2ª parcial, referente às despesas realizadas entre 01 de julho e 20 de dezembro, deve ser protocolada até 31 de janeiro do ano subsequente aos repasses. A 2ª parcial será incorporada à 1ª, formando assim a prestação de contas anual. Essa prestação de contas é previamente analisada pelo NRE que, até 30 de abril do ano subsequente, a encaminhará para análise da SEED.

Já a prestação de contas documental do PDDE é apresentada em um único momento ao NRE, até a data de 31 de dezembro, data esta que coincide com o

limite para execução das despesas. O NRE realiza a análise final das prestações de contas e faz o lançamento destas no SiGPC, ou seja, as prestações de contas do PDDE, em regra, não são encaminhadas para análise da SEED, elas são enviadas diretamente pelo NRE ao FNDE.

4.10 FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do Fundo Rotativo é de competência da SEED, que acompanhará e supervisionará, direta ou indiretamente, a aplicação dos recursos repassados, devendo os NRE e os estabelecimentos de ensino manter atualizados os registros, sem prejuízo dos poderes de inspeção do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

É competência do FNDE, do Tribunal de Contas da União e do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, mediante a realização de auditorias, de inspeção e análise das prestações de contas, a fiscalização do PDDE.

Ambos os programas também promovem que ocorra o controle social, cuja execução é legítima das comunidades escolares e cujo objetivo é acompanhar a aplicação e os investimentos dos recursos.

CONCLUSÃO

Em relação à gestão dos recursos do Fundo Rotativo e do PDDE, pode-se dizer que a responsabilidade e o volume de trabalho atribuído às escolas estaduais são consideráveis, em virtude de possuírem caráter burocrático e de o montante de recursos repassados à maioria dos estabelecimentos não ser ínfimo, como podem imaginar pessoas leigas à atividade escolar.

Desta forma, é necessária, em cada estabelecimento, uma estrutura administrativa e funcional que comporte e realize este trabalho com qualificação, ou seja, que os servidores das escolas não sejam sobrecarregados com tantas atividades distintas, onde todas exijam muito tempo para serem desenvolvidas. Isso é importante devido às implicações jurídicas que podem ser acarretadas aos responsáveis pelo andamento destes programas em função da inobservância de algum de seus aspectos.

Em relação à evolução dos programas descentralizados implementados pelos governos do Paraná ao longo dos anos, pode-se considerar tal evolução como positiva, pois, em cada programa que surgia, novas formas de participação e controle social, bem como de justiça social, fruto da democracia, eram estimuladas e fortalecidas.

A disparidade na transferência dos recursos financeiros atualmente repassados às escolas estaduais, seja nas suas diferentes modalidades de ensino ou na variação da quantidade de alunos, justifica-se em alguns aspectos, porém, deixam de considerar características específicas dos estabelecimentos.

O Fundo Rotativo e o PDDE apresentam muitas semelhanças, assim como possuem muitas diferenças entre si. Diante disso, um pode aprender com o outro, ou seja, já que são semelhantes e, ao mesmo tempo, distintos em vários aspectos, um pode tomar para si o que o outro tem de melhor. Obviamente é mais viável que o Fundo Rotativo se aproprie das qualidades do PDDE, uma vez que o Paraná tem adesão ao PDDE, e não o governo federal ao Fundo Rotativo. Mas, não por isso o Fundo Rotativo deixa de ter contribuições ao aperfeiçoamento do PDDE, assim como o PDDE tem boas contribuições para com o Fundo Rotativo.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. **Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007.

BARROSO, J. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia contruída. In: _____. **O estudo da Escola**. Porto: Porto Ed., 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 12 de 10 de maio de 1995. **Aprovar o Manual de Procedimentos Operacionais Relativos às Transferências de Recursos Federais às Escolas das Redes Estadual e Municipal de Ensino, a ser utilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no financiamento do Programa de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental**. Brasília: 1995.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159).

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013**. Dispõe sobre critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, DF: FNDE, 2013.

CRUZ, R. E. Federalismo e financiamento da educação: a política do FNDE em debate. In: GOUVEIA, A. B.; PINTO, J. M. R.; CORBUCCI, P. R. (org.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

CURY, C. R. J. **A educação básica no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 169-201, set. 2002.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FUNDEPAR. Resolução nº 08/84 do Conselho de Administração da FUNDEPAR, aprovada em 29 e maio de 1984. **Normas reguladoras para suprimento, aplicação e prestação de contas de recursos descentralizados à Rede Estadual de Ensino de 1º e 2º graus, regular e supletivo**. Curitiba: 1984

MORDUCHOWICZ, A. La asignación de recursos em sistemas educativos descentralizados de América Latina. In: GOUVEIA, A. B.; PINTO, J. M. R.;

CORBUCCI, P. R. (org.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

PARANÁ. Decreto nº 13.759 de 09 de janeiro de 1969. **Fixa normas para cobrança, aplicação e prestação de contas de taxas de anuidades cobradas pelos estabelecimentos de ensino médio mantidos pelo Estado do Paraná**. Curitiba: 1969.

_____. Decreto nº 4.708 de 06 de dezembro de 1973. **Fixa normas para o recolhimento e aplicação das contribuições comunitárias para manutenção do ensino nos estabelecimentos da rede oficial do Estado do Paraná**. Curitiba: 1973.

_____. Decreto nº 2.614 de 04 de julho de 1980. **Contribuição Comunitária**. Curitiba: 1980.

_____. Resolução Conjunta nº 04/90-SEPL/SEFA de 11 de julho de 1990. **Sistema de Recursos Descentralizados**. Curitiba: 1990.

_____. Lei nº 10.050 de 17 de julho de 1992. **Dispõe sobre a criação de Fundos Rotativos nas Escolas Estaduais e nas Delegacias de Polícia**. Curitiba: 1992.

_____. Lei nº 14.267 de 22 de dezembro de 2003. **Autoriza o Poder Executivo a criar Fundo Rotativo em Estabelecimentos de Ensino, Núcleos Regionais de Educação, nas Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Educação e nas Delegacias de Polícia**. Curitiba: 2003.

_____. Decreto nº 3.457 de 13 de dezembro de 2011. **Instituído o Fundo Rotativo em cada um dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, incluídos os Estabelecimentos da Rede Estadual de Educação Profissional**. Curitiba: 2011.

_____. Lei nº 17.072 de 23 de janeiro de 2012. **Altera a Lei Estadual nº 14.267 de 22/12/2003, a fim de incluir o Fundo Rotativo para os Estabelecimentos Penais e Unidades Descentralizadas da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos**. Curitiba: 2012.

RIVAS, R. H. **Política de descentralización en la educación básica y media en América Latina**. Estado del Arte. Santiago/Chile: Unesco/Reduc, 1991.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea). Edição Comemorativa.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Apoio Financeiro à Rede Escolar. **Fundo Rotativo Recursos Descentralizados para as Escolas Estaduais Manual de Operacionalização**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manualfr_2012.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2016.

SOUZA, A. R. **A escola por dentro e por fora: a cultura da escola e o programa de descentralização financeira em Curitiba-PR.** Educ. rev. [online]. 2001, n.18, pp. 240-241.

_____. **Reformas educacionais: descentralização, gestão e autonomia escolar.** Educar, Curitiba, n. 22, p. 17-49, 2003. Editora UFPR.

TAPIA, J. R. B. **Desenvolvimento local, concertação social e governança:** a experiência dos pactos territoriais na Itália. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, n.1, p.132-139, jan/mar. de 2005.

VICENTE, M. J. **Descentralização de recursos às escolas estaduais pelo governo do Paraná.** 1994. 59 p. Monografia (Especialização) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2001.